

e disponibilizada na respetiva página eletrónica, nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro.

16 — Composição do Júri: O júri terá a seguinte composição:

Presidente — Emanuel José Cortes Gomes, Subdiretor da UL Braga;
1.º Vogal — José Paulo Ferreira de Carvalho, Inspetor Principal, que substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos;
2.º Vogal — Maria José Cardoso da Costa Marta, Técnica Superior; Vogais suplentes:
1.º Vogal — Inês da Conceição Feio Parreira, Inspetora;
2.º Vogal — Paula Filomena Ferreira da Silva, Inspetora;

17 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

22 de agosto de 2017. — O Subinspetor-Geral, *Manuel Joaquim Ferreira Maduro Roxo*.

310741372

SAÚDE

Gabinete do Secretário de Estado da Saúde

Despacho n.º 8149/2017

A SGHL — Sociedade Gestora do Hospital de Loures, S. A., Entidade Gestora do Estabelecimento do Hospital de Loures, gerido em regime de parceria público-privada, informou a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., enquanto Entidade Pública Contratante, sobre a ocorrência em 2015 e em 2016 de situações de internamento de Utentes que ultrapassaram o limiar máximo previsto no respetivo GDH, em ventilação prolongada, e o iminente alcance do limiar máximo previsto no respetivo GDH para Utente que se encontra internado no Estabelecimento Hospitalar.

O Contrato de Gestão, atentas as Cláusulas 1.ª e 41.ª, n.º 13, admite a inclusão na Produção Efetiva, como Caso e Ato Específico, das situações de ventilação prolongada de doentes, cujo episódio de internamento ultrapassar o limiar máximo previsto no respetivo GDH determinado de acordo com o Regulamento da Tabela de Preços das Instituições e Serviços Integrados no Serviço Nacional de Saúde, mediante aprovação pela Entidade Pública Contratante.

A aprovação da inclusão de Caso Específico na Produção Efetiva encontra-se contratualmente acometida ao Ministro da Saúde, sem prejuízo da faculdade de delegação, nos termos previstos na alínea *j*) do n.º 1, n.º 2 e n.º 7 da Cláusula 19.ª do Contrato de Gestão, a proferir expressamente e por escrito por despacho ministerial.

A Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., atentas as funções e poderes que se lhe encontram acometidos no âmbito da parceria público-privada em presença constituiu-se a entidade naturalmente capacitada para a apreciação do pedido da SGHL — Sociedade Gestora do Hospital de Loures, S. A., o que no caso foi comunicado ter sido promovido, tendo o Conselho Diretivo diligenciado para que seja observada pela Entidade Gestora do Estabelecimento a adequada e completa instrução do pedido.

Nos termos do disposto nos artigos 44.º e 46.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, considerando o previsto na alínea *j*) do n.º 1 e n.ºs 2 e 7 da Cláusula 19.ª conjugada com a Cláusula 1.ª e o n.º 13 da Cláusula 41.ª do Contrato de Gestão, e no uso das competências que foram delegadas nos termos do n.º 4 do Despacho n.º 120/2016, de 22 de dezembro de 2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 3, de 6 de janeiro de 2016, determino:

1 — A subdelegação no Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., da competência para, ao abrigo da alínea *j*) do n.º 1 e n.ºs 2 e 7 da Cláusula 19.ª e do n.º 13 da Cláusula 41.ª do Contrato de Gestão relativo ao Hospital de Loures, a decisão do pedido de inclusão na Produção Efetiva, como Casos e Atos Específicos, da atividade a que se refere a mensagem de correio eletrónico da Entidade Gestora do Estabelecimento do Hospital de Loures, de 26 de maio de 2017, bem como da demais assistência que, envolvendo a ventilação prolongada de doentes, seja, no futuro, comunicada pela Entidade Gestora do Estabelecimento ao abrigo do disposto no n.º 12 da Cláusula 41.ª do Contrato de Gestão e para aqueles efeitos.

2 — A ratificação de todos os atos instrutórios praticados pelo Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., no âmbito do processo referente à aprovação da inclusão na Produção Efetiva, como Casos e Atos Específicos, da atividade a que se refere a mensagem de correio eletrónico da Entidade Gestora do Estabelecimento do Hospital de Loures, de 26 de maio de 2017.

11 de setembro de 2017. — O Secretário de Estado da Saúde, *Manuel Martins dos Santos Delgado*.

310773724

Administração Central do Sistema de Saúde, I. P.

Aviso n.º 10746/2017

Faz-se público, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 20.º da Portaria n.º 217/2011, de 31 de maio, alterada pela Portaria n.º 356/2013, de 10 de dezembro, e pela Portaria n.º 274-A/2015, de 8 de setembro, que, por deliberação do Conselho Diretivo da Administração Central do Sistema de Saúde, IP de 27-07-2017, foi homologada a lista de classificação final dos candidatos do Júri n.º 25, da especialidade médica de Medicina Geral e Familiar, no âmbito do procedimento concursal nacional de habilitação ao grau de consultor da carreira médica, aberto pelo aviso n.º 9295-A/2012, publicado no *Diário da República* n.º 130 (2.ª série), de 6 de julho.

Assim:

Júri n.º 25 de Medicina Geral e Familiar — ARS Norte

Anabela Fernandes Von Doellinger — *Aprovado*.
Ângela Liane Sperb — *Aprovado*.
Ângela Maria Maganete Silva — *Aprovado*.
Ângela Maria Oliveira Teixeira — *Aprovado*.
Antero José Amorim Aguiar — *Não Compareceu*.
António José Salgado Almeida — *Aprovado*.
António Nuno Graça Magalhães — *Aprovado*.
Armanda Maria Silva Neves — *Aprovado*.
Armando Henrique Silva Barros Lopes Guimarães — *Aprovado*.
Armdina Maria Silva Santos Moreira Pires — *Não Compareceu*.
Artur Miguel Correia Carvalho Monsanto — *Aprovado*.
Barbara Teves Veiga Reis Lemos — *Aprovado*.
Beatriz Benítez Galdón — *Aprovado*.
Benedita Teixeira Graça Moura — *Aprovado*.
Camila Manuela Couto Ferreira Dias Pinto — *Aprovado*.
Carla Cristina Abreu Faria Freitas Morna Almeida — *Aprovado*.
Carla Eugénia Marques Rodrigues Aragão — *Aprovado*.
Carla Paula Almeida Nina Pinto — *Não Compareceu*.

De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 22.º da Portaria supra-citada, a data de obtenção do grau de consultor dos médicos aprovados constantes desta lista reporta-se a 10-05-2016, data em que foi publicada a primeira lista da especialidade médica aqui em causa, conforme o Aviso n.º 5990/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 90, de 10 de maio de 2016.

23 de agosto de 2017. — A Diretora do Departamento de Gestão e Administração Geral, *Manuela Carvalho*.

310741056

Aviso n.º 10747/2017

Faz-se público, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 20.º da Portaria n.º 217/2011, de 31 de maio, alterada pela Portaria n.º 356/2013, de 10 de dezembro, e pela Portaria n.º 274-A/2015, de 8 de setembro, que, por deliberação do Conselho Diretivo da Administração Central do Sistema de Saúde, IP de 03-08-2017, foi homologada a lista de classificação final dos candidatos do Júri n.º 21, da especialidade médica de Medicina Geral e Familiar, no âmbito do procedimento concursal nacional de habilitação ao grau de consultor da carreira médica, aberto pelo aviso n.º 9295-A/2012, publicado no *Diário da República* n.º 130 (2.ª série), de 6 de julho.

Assim:

Júri n.º 21 de Medicina Geral e Familiar — ARS Norte

Carlos Fernando Ferreira Pinheiro — *Não Compareceu*.
Carlos Manuel Moreira Teixeira — *Aprovado*.
Cátia Vieira Lopes — *Aprovado*.
Clara Araújo Barros Fonseca Maia Nabais — *Aprovado*.

Cláudia Edith Paniagua Loma — *Aprovado*.
 Cláudia Isabel Azevedo Bessa Teixeira Cardoso — *Aprovado*.
 Cláudia Maria Ferreira de Melo — *Aprovado*.
 Cristiana Maria Pinho Teixeira Silva — *Não Compareceu*.
 Cristina Manuela Garcez Rocha Santos Carvalho — *Aprovado*.
 Cristina Maria Alves Mendes — *Não Aprovado*.
 Cristina Maria Brito Pereira Lima — *Aprovado*.
 Cristina Maria Silva Chilro — *Não Compareceu*.
 Cristina Maria Sousa Pereira Pinto — *Aprovado*.
 Daniela Maria Gonçalves Araújo Pinto — *Aprovado*.
 Diana Carla Santos Moreira — *Aprovado*.
 Dora Maria Costa Santos Lopes — *Não Compareceu*.
 Elisabete Maria Moreira Cherpe — *Aprovado*.
 Eliseo Manuel Alvarez Martinez — *Aprovado*.
 Elsa Cristina Poço Alves — *Aprovado*.

De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 22.º da Portaria supra-citada, a data de obtenção do grau de consultor dos médicos aprovados constantes desta lista reporta-se a 10-05-2016, data em que foi publicada a primeira lista da especialidade médica aqui em causa, conforme o Aviso n.º 5990/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 90, de 10 de maio de 2016.

23 de agosto de 2017. — A Diretora do Departamento de Gestão e Administração Geral, *Manuela Carvalho*.

310741015

Centro Hospitalar do Oeste

Deliberação (extrato) n.º 830/2017

Nos termos do n.º 3 do artigo 281.º do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por deliberação do Conselho de Administração de 09-02-2017, foi autorizado a passagem à situação de licença sem remuneração para acompanhamento do cônjuge, à Técnica Superior de Saúde da área de Laboratório, Dr.ª Ana Cristina Santos Moreira, com início a 13 de fevereiro de 2017.

23 de agosto de 2017. — A Presidente do Conselho de Administração, *Professora Doutora Ana Paula de Jesus Harfouche*.

310738035

Deliberação (extrato) n.º 831/2017

Nos termos do Artigo 280.º e seguintes do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por deliberação do Conselho de Administração de 10-07-2017, foi autorizado a passagem à situação de licença sem remuneração, por 330 dias, à Enfermeira Maria Teresa Santos Gomes Ferreira Marques, com início a 03 de agosto de 2017.

24 de agosto de 2017. — A Presidente do Conselho de Administração, *Professora Doutora Ana Paula de Jesus Harfouche*.

310739737

Inspeção-Geral das Atividades em Saúde

Aviso (extrato) n.º 10748/2017

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, torna-se público que, na sequência do procedimento concursal comum para o preenchimento de sete postos de trabalho, aberto pelo aviso n.º 1957/2017, publicado no *Diário da República* 2.ª série, N.º 37, de 21 de fevereiro, foram celebrados contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, sujeitos a período experimental, com os seguintes trabalhadores:

Nuno Miguel Paulino da Silva e Elisabete Alexandra Amador Nunes, ambos técnicos de Informática, Grau 1, Nível 1, com efeitos a 5 de junho de 2017 e 1 de agosto de 2017, respetivamente, sendo integrados no escalão 1, entre o índice 332 e o 340, da carreira de técnico de informática, constante do mapa II anexo ao Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março, em conjugação com o mapa I a que se refere o n.º 1 do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 54/2003, de 28 de março e o mapa I a que se refere o n.º 1 do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 57/2004, de 19 de março, com a remuneração base de 1139,69 € (mil cento e trinta e nove euros e sessenta e nove centimos);

Elizabet dos Anjos Lopes e Maria Antelo de Noronha Franco Frazão Afonso de Abreu, ambas técnicas superiores, da carreira de Técnico Superior, com efeitos a 14 de junho de 2017 e 1 de julho de 2017, res-

petivamente, com a remuneração base fixada nos termos do disposto no artigo 144.º da LTFP, sendo o valor de 1201,48 € (mil duzentos e um euros e quarenta e oito centimos) correspondente à 2.ª posição remuneratória da categoria e carreira de técnico superior e ao nível remuneratório 15, da tabela remuneratória única;

Patrícia da Costa Fernandes Talina e Cláudia Patrícia Caniço Sequeira, ambas com a categoria de assistentes técnicas, da carreira de Assistente Técnico, com efeitos a 5 de junho de 2017 e 3 de julho de 2017, respetivamente, com a remuneração base fixada nos termos do disposto no artigo 144.º da LTFP, sendo o valor de 683,13 € (seiscentos e oitenta e três euros e treze centimos) correspondente à 1.ª posição remuneratória da categoria de assistente técnico e ao nível remuneratório 5, da tabela remuneratória única.

23-08-2017. — A Subinspetora-Geral, *Maria do Rosário Raposo*.
310738651

PLANEAMENTO E DAS INFRAESTRUTURAS

Gabinete do Secretário de Estado do Desenvolvimento e Coesão

Despacho n.º 8150/2017

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 11.º e na alínea *a*) do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, exonero, a seu pedido, Nazaré Rosa Maria de Sousa Alves das funções de secretária pessoal do meu Gabinete, para as quais foi designada pelo meu Despacho n.º 419/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 6, de 11 de janeiro de 2016.

2 — O presente despacho produz efeitos a 31 de agosto de 2017.

3 — Publique-se no *Diário da República*.

23 de agosto de 2017. — O Secretário de Estado do Desenvolvimento e Coesão, *Angelo Nelson Rosário de Souza*.

310745893

Despacho n.º 8151/2017

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1 a 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo Rita Cristina Martins Pires, assistente técnica da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças, para exercer as funções de secretária pessoal do meu Gabinete.

2 — Para efeitos do disposto na alínea *a*) do artigo 12.º do referido decreto-lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

3 — Nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do mencionado decreto-lei, o presente despacho produz efeitos a 1 de setembro de 2017.

4 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado decreto-lei, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

23 de agosto de 2017. — O Secretário de Estado do Desenvolvimento e Coesão, *Angelo Nelson Rosário de Souza*.

ANEXO

Nota curricular

Dados Biográficos

Nome: Rita Cristina Martins Pires

Data e local de nascimento: 12 de setembro de 1976 — Penha Garcia — Idanha-a-Nova

Habilitações e atividade académica

Formação: 12.º Ano — área D/Humanísticas — via ensino.

Participou em diversas ações de formação e seminários ministrados pelo INA, pelo ex-Instituto de Informática do Ministério das Finanças e pela Secretaria-Geral do Ministério das Finanças.

Percurso Profissional

Desde 1 de março de 2016 exerce funções de Apoio Técnico-Administrativo no Gabinete do Ministro do Planeamento e das Infraestruturas (nomeada pelo Secretário de Estado do Desenvolvimento e da Coesão).